

HABEAS CORPUS Nº 514.892 - MG (2019/0166471-6)

RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
IMPETRANTE : KAIQUE FELIPE RAMOS
ADVOGADO : KAIQUE FELIPE RAMOS - MG182018
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PACIENTE : THAYRONY WILLIAM DE SOUZA OLIVEIRA (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de THAYRONY WILLIAM DE SOUZA OLIVEIRA no qual se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.

Segundo os autos, ao lado de Bruno Eduardo de Oliveira, "*o Paciente foi preso em 12 de maio de 2019 por ter, supostamente, infringido os arts. 33 e 35 da Lei 11.343/2006*" (e-STJ fl. 4), pois teriam sido apreendidos em seu poder 144,5g (cento e quarenta e quatro gramas e cinco decigramas) de maconha.

Buscando a reversão dessa situação, a defesa apresentou pedido de revogação da segregação provisória, o qual foi indeferido pelo Juízo de primeiro grau (e-STJ fls. 20/22).

Irresignada, alega ter impetrado prévio *habeas corpus* no Tribunal estadual, que teria denegado a ordem.

Nesta instância, sustenta a defesa, em síntese, não estarem presentes os requisitos autorizadores da medida extrema imposta em desfavor do paciente, (portador de condições pessoais favoráveis), bem como haver similaridade fática com a situação do outro acusado, preso juntamente ao paciente, e que teve a liberdade concedida pela Corte de origem, mesmo tendo assumido a propriedade de toda a substância entorpecente apreendida.

Ademais, afirma que a hipótese em questão não se enquadraria no tipo penal previsto no art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/2006.

Posto isso, requer, em tema liminar e no mérito, a revogação da segregação cautelar, ainda que mediante a aplicação de algumas das medidas previstas

no art. 319 do Código de Processo Penal.

É, em síntese, o relatório.

O impetrante busca o reconhecimento de carência de fundamentação idônea hábil a amparar a prisão preventiva do paciente. Todavia, não há viabilidade para uma análise completa do pleito. Explico.

Não obstante as razões constantes da petição inicial, a defesa não juntou aos autos cópia do decreto prisional originário e do acórdão impugnado, peças essenciais à exata compreensão da controvérsia aqui suscitada, limitando-se a apresentar cópia da decisão que indeferiu o pedido de revogação da segregação provisória. Ademais, também não promoveu a juntada da decisão que teria concedido a liberdade provisória ao outro acusado.

Ora, o rito do *habeas corpus* pressupõe prova pré-constituída do direito alegado, devendo a parte demonstrar, de maneira inequívoca, por meio de documentos, a existência de constrangimento ilegal imposto à paciente. Nesse sentido, segue a jurisprudência desta Corte:

AGRAVO REGIMENTAL. HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO QUALIFICADO TENTADO. PRISÃO PREVENTIVA MANTIDA EM PRONÚNCIA. INSTRUÇÃO DEFICIENTE. PRETENSÃO DE SIMPLES REFORMA. DECISÃO MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS.

[...]

2. Cabe ao impetrante o escoreito aparelhamento do habeas corpus, bem como do recurso ordinário dele originado, indicando, por meio de prova pré-constituída, o constrangimento ilegal alegado.

3. É inviável divisar, de forma meridiana, a alegação de constrangimento, diante da instrução deficiente dos autos, no qual se deixou de coligir cópia da decisão que decretou a prisão preventiva do acusado, documento imprescindível à plena compreensão dos fatos aduzidos no presente recurso.

4. Agravo regimental desprovido.

(AgRg no RHC 48.939/MG, relatora Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, DJe 23/4/2015, grifei.)

PROCESSUAL PENAL. PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO RECEBIDO COMO AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EM HABEAS CORPUS. AUSÊNCIA DE PEÇA ESSENCIAL À COMPREENSÃO DA CONTROVÉRSIA. DEFICIÊNCIA NA

**INSTRUÇÃO QUE IMPOSSIBILITA A ANÁLISE DO PEDIDO.
AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.**

[...]

2. Ação constitucional de natureza mandamental, o habeas corpus tem como escopo precípua afastar eventual ameaça ao direito de ir e vir, cuja natureza urgente exige prova pré-constituída das alegações e não comporta dilação probatória.

3. Ausente cópia da decisão que decretou a prisão preventiva do acusado, a cujos fundamentos o juiz sentenciante remete para negar ao réu o direito de recorrer em liberdade, mostra-se inviável o exame do alegado constrangimento ilegal.

4. Pedido de reconsideração recebido como agravo regimental, não provido.

(RCD no RHC 54.626/SP, Relator Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, DJe 2/3/2015, grifei.)

Assim, ante a instrução deficiente da presente impetração e com fulcro no art. 210 do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **indefiro liminarmente o writ.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 12 de junho de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Relator